

## **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

### ***BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION: CHALLENGES OF EDUCATION IN THE NATIONAL AND ALAGOAN SCENARIO***

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio<sup>1</sup>

**RESUMO:** A educação pública é direito fundamental que deve ser assegurado pelo Estado. No Brasil há necessidade de que a educação seja levada ao patamar capaz de corresponder a sua importância na construção social. Sem educação o ser humano torna-se um ser incapaz de criar consciência e de responder aos anseios sociais de política e justiça. Por isso, o artigo analisará os obstáculos que impedem a efetivação de uma escola pública de qualidade, principalmente a partir da visão do docente no contexto nacional e do estado de Alagoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Valorização. Professor.

**ABSTRACT:** *Public education is a fundamental right that must be guaranteed by the state. In Brazil, there is a need for education to be taken to a level that corresponds to its importance in social construction. Without education, human beings become incapable of creating awareness and responding to social desires for politics and justice. This is why this article will analyze the obstacles that stand in the way of a quality public school, mainly from the teachers' point of view in the national context and in the state of Alagoas.*

**KEYWORDS:** *Education. Valorisation. Teachers.*

## **1. INTRODUÇÃO**

Protegido e regulado por lei constitucional, a educação é um direito fundamental assegurado e essencial para os cidadãos. A imposição para que o Estado seja o propulsor de um sistema educacional, desde o berço de seus

---

<sup>1</sup> Advogada. Mestranda em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Direito na Faculdade de Direito de Alagoas - UFAL. Monitora de Direito Constitucional I (2017). Monitora de Direitos Humanos Fundamentais (2019-2020). Estagiária da Procuradoria do Estado de Alagoas na Subunidade de Demandas Retrativas e Cível Geral (2019-2021). Aluna pesquisadora de iniciação científica do programa PIBIC (2017-2018). Coursou inglês pela Casa de Cultura Britânica (FALE - UFAL) por 3 anos. Integrante da Coordenação Socioambiental do Centro Acadêmico Guedes de Miranda na Faculdade de Direito de Alagoas (2019-2021). E-mail: ligiamec@gmail.com

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

cidadãos por creches até a fase adulta com programas de pós-graduação e o programa EJA, torna o sistema educacional acessível para todos os brasileiros que queiram realizar seus estudos de forma gratuita.

Claro que ao falar de educação e sua acessibilidade não se deve olvidar dos diversos problemas enfrentados pelos estudantes brasileiros. A superlotação das escolas, ausência de transportes ou distância da residência à escola e até mesmo a inexistência de escolas são alguns dos diversos percalços que deveriam ser prioridade para o governo federal, estadual e municipal.

Muito se fala de construir uma educação pública e de qualidade. Para isso, necessário se faz explicar que há dois grandes atores na construção de uma sala de aula, esses que possuem dificuldades e visões diferentes do ambiente escolar. De um lado, o estudante que se dispõe a realizar seus estudos de forma gratuita na escola pública. Do outro lado, o professor que leciona no ambiente público.

Além disso, há categorias que precisam de proteção reforçada do Poder Público como as crianças e os adolescentes. No mesmo sentido, as pessoas com deficiência e índios, são exemplos de grupos que o Estado deve se atentar ao efetivar o direito à educação. As políticas públicas educacionais contemplarão áreas mais desfavorecidas do país para que se diminua a desigualdade social.

A qualidade de ensino público deve ter como objeto as mazelas da educação brasileira como o analfabetismo, repetência, evasão escolar, formação dos professores. Com isso, seja cultivado pelos governantes municipais, estaduais e o federal um sistema educacional com boa gestão, objetivos traçados concretos e sistematizados. São desafios que precisam ser enfrentados para o acesso igualitário e justo do direito fundamental à educação.

## **2. A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL**

O Brasil é um Estado Democrático de Direito por escolha constitucional. Nesse sentido, a ordem jurídica brasileira é totalmente ligada ao seu lado social

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

devendo o Poder Público estar sempre buscando de cumprir os preceitos fundamentais que visam a concretização de direitos. Consequentemente, a estrutura de Estado adotada revela uma interpretação das funções públicas a partir das finalidades coletivas.

Explique-se que os poderes legislativo, executivo e judiciário não podem se afastar da justiça social expressa na Carta Magna brasileira. A produção de normas gerais ou específicas, a execução de políticas públicas e a interpretação legal devem sempre estar de acordo com o Estado social de Direito. Além disso, o pilar que sustenta a atividade estatal são os direitos fundamentais, nele inseridos os de liberdade, igualdade e solidariedade.

Nada obstante, o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 reconhece diversos direitos de segunda dimensão, ou seja, aqueles em que o Estado é obrigado a criar medidas para sua efetivação. A atitude estatal de proporcionar situações em que o cidadão concretamente possa exercer seu direito faz com que o sistema democrático tenha um formato já que garante que todos são iguais perante a lei.

25

Dentro dos direitos sociais - econômicos, sociais e culturais - está a educação. Sua natureza é social, logo é passível ser de interpretada como uma garantia individual. A perspectiva social do direito à educação impõe ao Estado a implantação de medidas concretas para o seu livre exercício. Assim, o máximo de recursos disponíveis devem ser utilizados em vista de uma educação digna e de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 ainda apresenta:

uma série de aspectos que envolvem a concretização desse direito, tais como os princípios e objetivos que o informam, os deveres de cada ente da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para com a garantia desse direito, a estrutura educacional brasileira (dividida em diversos níveis e modalidades de ensino), além da previsão de um sistema próprio de financiamento, que conta com a vinculação constitucional de receitas. (Duarte, 2007).

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

Portanto, os entes federativos devem se organizar com planejamentos capazes de destinar recursos financeiros suficientes para o acesso e permanência ao ensino, além da ampliar as possibilidades que já existem. O Brasil é signatário do Pacto Internacional de Proteção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais o que impõe “que a proteção desta categoria de direitos compete ao Estado como um todo, o qual deve criar condições reais para o seu gozo” (Duarte, 2007).

No plano interno, é expresso no artigo 6º da Constituição Federal e tem seus objetivos e princípios traçados nos artigos 205 e 206. São eles: i) a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; ii) liberdade de aprender e ensinar; iii) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; iv) valorização dos profissionais da educação; v) gestão democrática do ensino público; vi) garantia de padrão de qualidade; vii) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública e viii) a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Acerca de sua função social, a educação é um processo contínuo nas relações humanas que deve envolver todos os aspectos formativos do ser humano sejam na vida familiar, convivências, trabalho, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil inclusive nas manifestações culturais. Por isso, Saviani afirma que o principal objetivo da educação é “formar seres humanos plenamente desenvolvidos e, pois, em condição de assumir a direção da sociedade ou de controlar quem a dirige” (Saviani, 1998, p. 210).

Anísio Teixeira sabiamente apresenta a relação direta entre a democracia e a educação:

a democracia não pode existir sem educação para todos e cada um, pois importa em transformar, não alguns homens, mas todos os homens para – contra tendências hereditárias, sociais, se não biológicas – rematar, por evolução consciente, a obra que as sucessivas civilizações, desde o começo dos séculos, vêm realizando pela injustiça e conseqüente violência. Todas as outras formas de sociedade precisam de alguma educação, mas

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

só a democracia precisa de educação para todos e na maior quantidade possível. (Texeira, 1969)

A responsabilidade da educação pública parte do dever estatal de impulsionar os cidadãos a pensarem além e de forma livre capazes de transformar a sua realidade social e a de todos. A sociedade com ensino democrático é aquela capaz de superar as desigualdades gerando conhecimentos e desenvolvendo a ciência e a tecnologia para que se entenda o mundo e o modifique positivamente.

Assim, pode-se citar políticas públicas de combate ao trabalho infantil, o prolongamento do tempo de escolaridade e da jornada escolar, as bolsas para a pesquisa e extensão, valorização do professor, implantação de um sistema de transporte escolar, material didático, as merendas escolares, entre outras, como políticas ativas que à medida que se expandem cresce a qualidade do ensino público.

### **3. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE OS OBSTÁCULOS NA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL**

27

Apesar de a Constituição expressar de forma bela como deveria ser a educação pública brasileira, a realidade nacional é diferente. O principal problema a ser elencado está nos baixos salários e falta de investimento na formação dos professores. Além disso, podemos apresentar as edificações, a falta de qualidade dos materiais didáticos e má gestão das escolas. Com isso, soma-se a ineficiência de acompanhamento estudantil pelos governantes, gestores, familiares e professores.

Ainda se pode elencar que o fenômeno cultural brasileiro não colabora com o sistema educacional. O Brasil é sempre lembrado mundialmente por seu futebol, mas pouquíssimas vezes por inovações científicas. A mídia, também, não é aliada da educação e cada vez menos é destinado tempo para o ensino. Certamente, o problema maior da educação brasileira está na raiz da sua não

# A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

valorização. Costumeiro afirmar que se reconhece o Brasil como país dos melhores com os pés e não com cérebros.

O sentido da educação nas crianças e nos jovens precisa ser ressignificado. Somente assim se pode promover mudança de vida e transformação da perspectiva social. Tudo isso deve partir de um protagonismo estudantil que compreende a necessidade da aprendizagem. Assim, haverá cada vez mais cidadãos conscientes e uma sociedade mais democrática, diga-se de passagem, como já é estabelecido na BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Ao realizar um estudo acerca das dificuldades da docência, Daniele André da Silva aplicou um questionário aberto com quinze professores de escola pública que elencaram alguns obstáculos no magistério, como:

Lidar com alunos desinteressados que tratam a disciplina e atividades com desprezo, como se nada fosse acrescentar em sua formação. (Professor I). A estrutura burocrática do currículo escolar atrapalha bastante, juntamente com a falta de infraestrutura básica. (Professor II). A falta de um laboratório para a disciplina de Biologia, a falta de equipamentos adequados para dar uma aula atrativa, até um quadro branco já seria bom. (Da Silva, 2015)

28

Sobre esses aspectos, note-se que as condições de trabalho influenciam em toda a estrutura de ensino atrapalhando o desenvolvimento estudantil e a aplicação de conteúdo pelo professor. O docente precisa sempre estar inovando a dinâmica de sua aula para que desperte nos alunos o interesse pelo conteúdo que está sendo ministrado, contudo há dificuldade ante a ausência de recursos suficientes na escola, e isso, atrapalha todo o processo.

Com a evolução da tecnologia, materiais como data show, laboratórios com novidades científicas, salas de informática, notebooks, televisões ou *tablets* fazem parte do novo contexto educacional. Esses materiais devem ser ofertados tanto para os alunos quanto para os professores. Assim, o acesso à escola fica mais dinâmico e de qualidade podendo competir com escolas cujo ensino é particular.

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

Nesse mesmo sentido, um dos aspectos principais que interfere diretamente a docência é a remuneração. Se há necessidade de um ensino público de qualidade inicie por meio do aumento salarial. A situação brasileira é que os professores investem em cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado e continuam recebendo pouco diante da grandeza da profissão. O resultado são professores que muitas vezes se sentem desmotivados diante do esforço que fazem para ter mais bagagem teórica.

Logo, quando uma sociedade passa a enxergar uma profissão como importante para sua construção faz com que certos profissionais possuam prestígio que possibilitam boa qualidade no exercício da profissão e bons salários. O contrário também é recíproco. A ausência de valor social voltado à educação dificulta o crescimento da classe profissional.

Os profissionais que conseguem ter bons salários e um prestígio social são os que conseguem melhor exercer a profissão. Gleyson e Luciano (2016) afirmam que a boa qualidade de vida no trabalho está ligada a boa remuneração. Consequentemente, “o trabalhador está disposto a trabalhar, se dedicar mais, ir atrás do objetivo da organização. Quantas mais vantagens para o trabalhador maior o engajamento e os resultados serão satisfatórios”.

Didaticamente, a posição da classe operária permite que haja uma boa qualidade de vida e atinge diretamente como será exercida aquele trabalho. É justamente por isso que se questiona o porquê dos baixíssimos salários da classe de magistério. A profissão deveria ter importância social pois só se aprende algo novo se há um outro disposto a ensinar. Contudo, não corresponde a qualidade ofertada a classe.

O magistério atravessa gerações com novos métodos de ensino, novos profissionais e novos ambientes, porém o que permanece é a ausência de um olhar que valorize devidamente esta profissão. Ao que parece, todos tem noção que o professor educa, constrói, impulsiona cidadãos capazes de pensar e ter valores, contudo poucos estão dispostos a fazer crescer esta classe.

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

O piso salarial dos professores de ensino público definido em portaria pelo MEC em 2023 é R\$ 4.420,55. Foi um aumento de 14,95% em relação a referência de 2022, quando o valor era de R\$ 3.845,63. De maneira simples, essa realidade traduz uma ineficiência de gestão dos recursos na educação que não valorizam a figura dos docentes e agrava mais a situação do processo educativo.

Pode-se afirmar, hoje, que escolher a docência como profissão é estar disposto a lutar pela educação de qualidade. São vários os professores de escolas públicas que buscam inovar suas aulas e trabalham com instrumentos insuficientes ou retiram de seu próprio salário porque acreditam que o futuro de uma nação está no conhecimento. Assim, as presenças do professor e da família modificam os obstáculos da ineficiência estatal.

O Estado Democrático de Direito brasileiro depende de uma educação digna para se aprimorar. A fragilidade democrática se verifica também pelo processo educacional e é necessário mudar o cenário com qualidade de ensino. Os investimentos públicos precisam ser geridos a partir dos obstáculos para que estes sejam eliminados com um olhar especial sobre as situações apresentadas não há como criar uma consciência educacional.

30

## **4. A EDUCAÇÃO EM ALAGOAS**

Em Alagoas, os obstáculos da educação são diversos e parecidos com os elencados no cenário nacional. Importa salientar que houve mudanças positivas na educação pública alagoana, porém muito há que melhorar. Na rede pública de ensino, os professores possuem baixos salários. O piso definido pelo Ministério da Educação (MEC) para 2023, por exemplo, não tinha sido adotado até abril daquele ano por nenhum município de Alagoas, inclusive a capital.

O presidente da SINTEAL afirma que essa medida (ou sua ausência) que vinha sendo tomada pelo Estado e município gerava “achatamento das carreiras dos profissionais da educação” (Magalhães, 2023). Os dados apresentados pela



# A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

SINTEAL<sup>2</sup>, em 2023, revelam que o professor com carga horária de 40 horas/aula tem o vencimento de R\$ 6.240,28 (seis mil duzentos e quarenta reais e vinte e oito centavos).

Para as escolas que lidam com o público infantil em que as crianças necessitam de uma maior atenção do professor, por estarem iniciando a caminhada de estudo, os dados alertam que os profissionais são os que menos recebem. O resultado é ausência de profissionais que queiram suprir a demanda do estado de Alagoas com remuneração abaixo da média.

Certamente se um profissional não recebe salário que permita boa qualidade de vida, não conseguirá exercer sua função da mesma maneira de alguém que tem bons salários. Isso não entra numa questão de vocação, mas de impulso à profissão. Além disso, os professores ao receberem pouco buscam aumentar sua carga horária dividindo o seu dia em diversas escolas.

Por outro lado, o anuário da educação básica de 2021 apresenta a realidade estudantil e afirma que

Em Alagoas, 27,7% dos alunos da rede pública terminam o Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa. No Ensino Médio, são 20,7%. Em Maceió, os patamares são de 27,3% e 24,6%, respectivamente. Além disso, 55 de cada 100 jovens do estado concluem o Ensino Médio até os 19 anos.<sup>3</sup>

Além disso, de cada 100 estudantes que ingressam na escola, 91 concluem o Ensino Fundamental aos 12 anos, 70 concluem o Ensino Fundamental aos 16 anos e apenas 55 concluem o Ensino Médio aos 19 anos. São números expressivos, e ainda abaixo da média nacional o que é preocupante se entender que refletem nos altos índices de desigualdade social por todo estado de Alagoas.

---

<sup>2</sup> Rede Municipal Maceió Tabela De Vencimentos 2023. Disponível em: < <https://www.sinteal.org.br/wp-content/uploads/2023/07/TABELAmunicipalPROFESSORES2023.pdf> >. Acesso em: 30 out. 2024.

<sup>3</sup> Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021 – Alagoas. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/estados-alagoas.html>>. Acesso em: 30 out. 2024.

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

A sua situação socioeconômica dos estudantes de escola pública é algo a ser considerado. Em sua maior parte, integrantes de famílias de baixa renda e essa situação é agravada quando boa parte mora longe da escola e precisa realizar o pagamento de tarifas do transporte público ou dependem de ônibus escolar.

Outro ponto a ser levado em consideração nas escolas públicas é a violência que é submetido os professores e alunos. A cidade de Maceió possui altos índices de violência justamente em bairros mais periféricos. Os bairros não oferecem opções de lazer ou espaços culturais capazes de realizar aprendizagem fora do ambiente escolar e ainda servir de descanso e socialização lícita para esses jovens.

Pochman (2004) afirma que devido à crise brasileira na seara do trabalho os jovens presenciam um distanciamento entre aquilo que gostariam de ser e o que realmente conseguem ser. A oferta de oportunidades de escolha para os jovens de baixa renda são pequenas e isso reflete na necessidade de esses acolherem projetos de vida sem sonhar com grandes coisas.

32

Esses são obrigados a criar estratégias adaptados a realidade das dificuldades que vivem e não o que almejam. A educação é direito fundamental no Brasil expresso no artigo 6 e que deve ser assegurado pelo Poder Público. Todos os cidadãos têm direito a ter uma educação digna e de qualidade devendo o Poder Público encontrar maneiras de satisfazer este fundamento. Ora, os entes federativos possuem tal obrigação para com os cidadãos.

Por fim, como se não bastasse, há questões estruturais a serem melhoradas. Como se sabe, o Estado destina uma verba para a educação. As escolas públicas alagoanas deveriam, então, serem equipadas e oferecem o melhor ambiente escolar tanto para os alunos quanto aos professores. O que se observa é que pelo contrário, a imagem de escolas públicas é associada os diversos problemas estruturais.

A infraestrutura escolar é um dos fatores que influenciam na qualidade do ensino e nas relações sociais no ambiente de estudo. Há falta de computadores

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

nas salas de informática que resultam em aulas monótonas e não conseguem encontrar a relação do que aprendem e seu cotidiano. Isso atrapalha a necessidade de utilizar a internet para fins de pesquisa ou de realizar os trabalhos solicitados pelos professores.

Sobre esse ponto, há necessidade do investimento público pelo estado de Alagoas e seus municípios visando a manutenção de equipamentos e até mesmo a contratação de funcionários que se dediquem inteiramente a manter a escola em um bom estado. A reforma nas escolas com novos ambientes abertos, novas cadeiras e lousas para que a escola seja um lugar digno para os estudantes de escolas públicas.

Assim, percebe-se que o Poder Público tem trabalhado para melhorar a qualidade do ensino, embora questões como a falta de infraestrutura, recursos financeiros limitados e desigualdades sociais ainda sejam desafios persistentes. Por outro lado, os profissionais da educação e gestores vão buscando estratégias inovadoras para superar essas dificuldades, promovendo iniciativas que visam à inclusão, melhoria da formação de professores e modernização das práticas pedagógicas.

A participação ativa da comunidade e parcerias entre governo e setores privados também podem realizar um papel crucial na busca por avanços significativos no sistema educacional público em Alagoas. Apesar das complexidades, há um compromisso evidente em fornecer uma educação mais equitativa e eficaz, evoluindo um futuro mais promissor para as gerações futuras no estado alagoano.

## **5. CONCLUSÃO**

O presente artigo não teve objetivo de esgotar as dificuldades da educação brasileira. Se percebe que em todo o Brasil essa classe enfrenta obstáculos para ser valorizado e ter o mínimo de qualidade laboral. A escola pública que deveria ser um ambiente com primazia de investimento e melhorias

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

pelo Estado é palco de um cenário desgastante para o docente e indiferente para uma parte dos estudantes.

É preciso ter um novo olhar para o sistema educacional brasileiro capaz de trazer concretas alternativas para os cidadãos. Isso impele que o Poder Público destine tempo e orçamento capaz de analisar cada particularidade dos entes federativos visando a qualidade do ensino público. Como demonstrado, de forma geral, esse trabalho de valorização se inicia por uma melhoria na remuneração dos professores e na estrutura oferecida pela escola.

Além disso, para a melhoria da educação, é fundamental a oferta de formação aos professores o que se traduz a um corpo docente competente. Outro ponto que o Poder Público precisa assumir é a construção de políticas públicas visando um futuro promissor na área da educação. Ter sólidos projetos, diretrizes e orientações que concretizem bons feitos em todos os níveis educacionais.

A educação pública deve ser estruturada com qualidade de ensino que seja capaz de se igualar ou até mesmo superar as escolas privadas. Para isso, a gestão escolar tem papel primordial na promoção na garantia deste direito fundamental. Assim, sejam viabilizadas ações com a comunidade escolar visando o fim da evasão estudantil sejam eles projetos de acolhimento aos alunos, busca ativa dos alunos evadidos, novidades pedagógicas e até mesmo visitas domiciliares.

34

## **REFERÊNCIAS**

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2021 – ALAGOAS. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/estados-alagoas.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

CAMPOS, Lucineide Inez da Silva. A qualidade da escola pública a partir da opinião dos jovens do Ensino Médio. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

DA SILVA, Daniele André. Dificuldades de ser docente: desafios a serem superados. 2015.

[https://editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2015/TRABALHO\\_EV043\\_MD1\\_SA14\\_ID525\\_31072015174315.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2015/TRABALHO_EV043_MD1_SA14_ID525_31072015174315.pdf). Acesso em 04 jan. 2024.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. *Educação & Sociedade*, v. 28, p. 691-713, 2007.

IDEB. (2016). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

INEP/MEC. (2007). Indicadores da Qualidade da Educação. São Paulo: ação educativa

INSTITUTO UNIBANCO. O acesso à educação e um direito fundamental. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/o-acesso-a-educacao-e-um-direito-fundamental/>. Acesso em 13 jan. 2024.

JÚNIOR, Olival de Gusmão Freitas et al. Melhoria da gestão escolar através do uso de técnicas de mineração de dados educacionais: um estudo de caso em escolas municipais de Maceió. *RENTE*, v. 17, n. 1, p. 296-305, 2019.

KUPPER, Agnaldo. Educação brasileira: reflexões e perspectivas. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, v. 20, n. 39, p. 50-60, 2020.

LIMA, Maria Cristina de Brito. A educação como direito fundamental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 133, 2003.

LYKOUROPOULOS, Cristiana Beatrice. Inclusão escolar de alunos com deficiência: um estudo das propostas e ações políticas e sua apropriação por escolas da rede municipal de ensino de Maceió - AL. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007

MAGALHÃES, Thyanne. Em Alagoas, nenhum município paga o novo piso aos professores. *Tribuna Independente*. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/politica/2023/03/04/117117-em-alagoas-nenhum-municipio-paga-o-novo-piso-aos-professores#:~:text=Em%20Alagoas%2C%20nenhum%20munic%C3%ADpio%20paga%20o%20novo%20piso%20aos%20professores,-Governo%20e%20prefeituras&text=Os%20professores%20que%20atuam%20na,de%20R%24%203.845%2C63>. Acesso em 14 jan. 2024.

REDE MUNICIPAL MACEIÓ TABELA DE VENCIMENTOS 2023. Disponível em: <https://www.sintea.org.br/wp-content/uploads/2023/07/TABELAmunicipalPROFESSORES2023.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

# **A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS DE EDUCAR NO CENÁRIO NACIONAL E ALAGOANO**

CAVALCANTE, Ligia Maria Eugenio

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário brasileiro da educação básica 2022. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario\\_21final.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf). Acesso em 11 jan. 2024.

Submetido em: 10.12.2024

Aceito em: 16.05.2025